



Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 219/80 de 04.03.80 e Termos Aditivos que entre si fazem a **Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR** e o **Município de PAIÇANDU**, conforme adiante se declara:

Nesta data comparecem, de um lado o **Município de PAIÇANDU**, representado por seu Prefeito Municipal, **JONAS ERALDO DE LIMA**, e do outro a **Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR**, sociedade de economia mista estadual, inscrita no CGC/MF sob nº 76.484.013/0001-45, com sede à Rua Engenheiros Rebouças, 1376, nesta Capital, neste ato representada por seus representantes legais ao final assinados, para firmar **TERMO ADITIVO** ao Contrato de Concessão nº 219/80 de 04.03.80, e Termos Aditivos, nos termos da proposta apresentada pela Diretoria, conforme processo aprovado na Redir de 27.01.98, Ata nº 04/98, nas condições expressas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Este aditamento objetiva estabelecer as condições para ampliação do sistema de esgotos sanitários de **PAIÇANDU**, através do Programa de Ação Social em Saneamento-PASS, do Ministério do Planejamento e Orçamento, e definir a conseqüente prorrogação de prazo do contrato por igual período a partir de seu término, para fazer frente aos investimentos ora aditados.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A ampliação objeto do presente termo consta de 3.476,00 metros de rede coletora de esgotos e 166 ligações prediais de esgoto.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O Município gestionará por sua inteira responsabilidade junto a Secretaria de Política Urbana, do Ministério do Planejamento e Orçamento, visando obtenção de recursos para execução das obras mencionadas na cláusula segunda.

**CLÁUSULA QUARTA** - Os investimentos a serem realizados estão estimados em R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

**CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA SANEPAR** - Cabe a **SANEPAR** para a consecução do objeto proposto: a) fornecer os projetos técnicos, e prestar toda a orientação técnica necessária para o bom andamento das obras; b) participar financeiramente do empreendimento a título de contrapartida, até o limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); c) quitar as parcelas financeiras mensais no décimo dia após o protocolo das respectivas notas de débito na Gerência de Obras da **SANEPAR**, devidamente atestadas pela fiscalização da **SANEPAR**, mediante comprovação da quitação da fatura do mês anterior; d) fiscalizar a execução das obras, com livre acesso às mesmas e com poderes para exigir o cumprimento do projeto e especificações exigidas; e) realizar mensalmente os serviços de medição das obras executadas. **Parágrafo único:** os valores correspondentes aos aportes do Município serão convertidos em ações preferenciais no capital da **SANEPAR** ou pagos em moeda corrente, respeitados os dispositivos do contrato de concessão e deste aditivo.

**CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO** - Cabe ao Município para a consecução do objeto proposto: a) executar as obras mencionadas na cláusula segunda, de conformidade com as orientações técnicas fornecidas pela **SANEPAR**; b) cumprir com as especificações de serviços da **SANEPAR**; c) assumir total responsabilidade pela execução total da obra, na parte referente a contratos com



empreiteiras, seguros, tributos e outros ônus inerentes à sua execução ou decorrentes de qualquer dissídio trabalhista que envolva empregados da executante, se houver; d) aplicar somente materiais hidráulicos de conformidade com as normas NBR 5645 (tubos cerâmicos) e NBR 8890 (materiais de concreto) e previamente inspecionados pelo TECPAR; e) após a conclusão das obras, doar os sistemas construídos para a SANEPAR, através de termo de doação sem quaisquer ônus, para a exploração dos serviços pela SANEPAR; f) efetuar o reembolso do valor atualizado despendido com as obras e mencionado na cláusula quinta em caso de reversão, encampação dos serviços ou rescisão do contrato de concessão; g) responder pela solidez da obra nos termos do artigo 1245 do Código Civil Brasileiro; h) garantir a implantação de todas as ligações factíveis conforme estabelecido no Código Sanitário; i) obrigar os munícipes a executar as ligações de esgoto, em percentual mínimo de 65%, exercendo o Poder de Polícia Sanitária inerente ao Município. **Parágrafo único:** em caso de inadimplemento da obrigação prevista no item "i" da presente cláusula, o Município obriga-se a indenizar a SANEPAR proporcionalmente ao número de ligações não realizadas e ao valor do investimento atualizado.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Fica incluída dentre as obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, a de faturar contra os usuários os valores relativos aos serviços de ligações prediais de esgotos a serem executados, sendo-lhe vedado repassar tais ônus à conta da **CONCEDENTE**.

**CLÁUSULA OITAVA** - O inadimplemento de qualquer uma das cláusulas deste Termo desonerará a outra de suas obrigações.

**CLÁUSULA NONA** - Este termo poderá ser rescindido, em caso de superveniência de disposição legal que o torne material ou formalmente impraticável, e também poderá ser denunciado a qualquer tempo, por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - O prazo para a execução do empreendimento será de 05 (cinco) meses.


**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - as demais cláusulas e condições do contrato primitivo e Termos Aditivos, que não colidirem com o avençado no presente, permanecem válidas e inalteradas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Para dirimir as questões decorrentes deste Termo Aditivo, as partes elegem o Foro de Curitiba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por assim se acharem justos e contratados, determinaram a lavratura do presente **TERMO ADITIVO**, que passará a integrar o contrato primitivo e vai assinado pelas partes contratantes na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, 16 de fevereiro de 1998

  
**CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS**  
DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPAR

  
**JONAS RALDO DE LIMA**  
PREFEITO MUNICIPAL DE PAIÇANDU

  
**LAURO KLAS JUNIOR**  
DIRETOR DA SANEPAR

**TESTEMUNHAS:**  
c:\paçandu8-pass-aam c:\ta.96